

# A relação entre EUA e América Latina e Caribe: balanço, novas configurações e desafios em um mundo de incertezas

**Roberto Moll (1) e Tatiana Teixeira (2)**

1- Professor de História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Segurança e da Defesa na mesma instituição

2- Professora colaboradora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), pesquisadora do INCT-INEU e editora associada da Sul Global

Este dossiê busca oferecer uma leitura de qualidade sobre as relações entre os Estados Unidos da América (EUA) e a América Latina e o Caribe (ALC). Paradoxalmente, este tema, que é tão presente nos debates políticos no Brasil, recebeu, nos últimos tempos, pouca atenção dos pesquisadores. De modo a contribuir para preencher esta lacuna, a revista Sul Global e o INCT-INEU se unem na presente proposta.

O processo de ascensão e consolidação dos EUA como uma potência hegemônica global no século XX esteve, estruturalmente, fundado nas relações interamericanas. Neste período, diversos setores do empresariado transnacional com origem nos EUA encararam a ALC como espaço privilegiado para exportação de capitais e mercadorias, a fim de realizar o lucro a partir da superexploração da mão obra e do consumo. As oligarquias locais asseguraram o controle da superexploração da mão de obra com violência física e simbólica e estabeleceram um mercado, mais ou menos controlado, para os produtos estadunidenses. Essas forças transnacionais garantiram, pela atuação direta ou indireta dos Estados na região, a circulação terrestre, marítima e aérea de capitais, mercadorias e tropas

no continente, sobretudo, para conter inimigos e competidores estrangeiros e/ou grupos de oposição. Este processo reformulou e difundiu a simbologia da excepcionalidade dos EUA, consolidando o mito da superioridade civilizacional estadunidense, capaz de levar progresso e democracia ao mundo.

No século XXI, a ALC ganhou pouco espaço na política externa dos EUA. No fim do século XX, as crises econômicas, o esgotamento da URSS e a expansão do modelo político-econômico neoliberal minaram a credibilidade de qualquer outra potência e/ou projeto autônomo na região. Com isso, após os atentados do 11 de Setembro, os EUA puderam concentrar a política externa quase exclusivamente no Oriente Médio e na Ásia Central. Sucessivas crises políticas e econômicas atingiram o modelo neoliberal, porém, e abriram espaço para experiências relativamente autônomas, com suporte, inclusive, de parte do empresariado local e transnacional. Esta dinâmica atraiu novos parceiros para a região, com destaque para a China.

Diante desses novos desafios, o governo Barack Obama (2009-2017), em especial no segundo mandato, ajustou os rumos da política externa dos EUA para encarar o crescimento da China enquanto

competidor global, inclusive na ALC. Obama buscou se aproximar dos governos progressistas relativamente autônomos da ALC, por meio de fóruns multilaterais, por exemplo, como a Cúpula das Américas. De forma ambígua, porém, não deixou de adotar instrumentos de pressão política e econômica para coibir excessos de autonomia.

A Era Trump escreveu um novo capítulo na história das relações EUA-ALC. Adotou-se uma abordagem agressiva e quase belicosa frente à ALC, a fim de alimentar uma cruzada para tornar os EUA “grande novamente”. Em 2013, na Organização dos Estados Americanos (OEA), John Kerry, então secretário de Estado na administração Obama, anunciou o fim da Doutrina Monroe, que, em 1823, introduziu a ideia de que os EUA deveriam encarar qualquer tentativa estrangeira de expansão política sobre o hemisfério como uma ameaça à paz e à segurança. Cinco anos mais tarde, em meio à crescente presença da China na ALC, Rex Tillerson, secretário de Estado de 2017 a 2018, momentos antes de iniciar uma viagem diplomática pela região, afirma que a Doutrina Monroe é tão relevante quanto no dia em que foi escrita. Sob os auspícios da Doutrina Monroe, o governo Trump esboçou retomar a presença indefectível dos EUA na ALC para minar a presença de potências estrangeiras e formas plurais de governo e de desenvolvimento autônomo na região.

O governo Trump não assumiu, contudo, os custos políticos e econômicos consoantes com esta abordagem. Neste cenário, como se desenrolou a relação entre EUA e ALC? O que esperar para os próximos anos, com Joe Biden? Este dossiê apresenta reflexões para estas e outras questões.

A edição começa com entrevista de Luis Fernando Ayerbe, que faz um balanço deste campo de estudos no Brasil. No primeiro artigo, “Post Hegemonic Policies in South America”, Pablo Nemiña e Diana Tussie analisam estratégias financeiras adotadas na AL nos últimos anos, introduzindo o conceito de regionalismo pós-hegemônico. Em “The Recurrent Iterations of (I) Liberal Capitalism in United States-Brazil Relation”, Rafael Ioris remonta à Guerra Fria para refletir sobre as relações bilaterais atuais. Em “Donald Trump e a América Latina”, Livia Milani argumenta que há mais continuidade que ruptura no governo trumpista, enquanto Carolina Pedroso mostra, em “Um balanço da relação entre Estados Unidos e Venezuela no governo Trump”, que Trump contribuiu para acelerar a aproximação China-Caracas.

“A política externa do México no governo de López Obrador e as relações com os EUA”, de Marcela Franzoni e Luis Fernando Ayerbe, e “A política subordinada de Bolsonaro a Trump (2019-2020)”, de Lais Forti Thomaz, Tullo Vigevani e Elisa Cascão Ferreira, discutem perdas e ganhos nas respectivas relações bilaterais. E, em “Antiambientaisismos nos Estados Unidos e no Brasil”, Pedro Vasques trata do conservadorismo autoritário antiambiental lá e aqui. Em “Promovendo a democracia?”, Camila Vidal, Luan Brum e Jahde Lopez apresentam e mapeiam o National Endowment for Democracy. A edição se encerra com “Joseph Biden e a América Latina: continuidades e mudanças na agenda de trabalho”, de Carlos Avila e Aldira Duarte, artigo que oferece um panorama prospectivo dos desafios do presidente democrata com cada país do subcontinente.